



UFRJ



Faculdade de Letras

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS**

Raphael Ferreroni Paula Noronha Medeiros

**NOSSOS CORPOS POR NÓS MESMAS: DESAFIOS A UMA
TRADUÇÃO FEMINISTA DE *OUR BODIES, OURSELVES***

Rio de Janeiro
2023

Raphael Ferreroni Paula Noronha Medeiros

NOSSOS CORPOS POR NÓS MESMAS: DESAFIOS A UMA
TRADUÇÃO FEMINISTA DE DE *OUR BODIES, OURSELVES*

Monografia submetida à Faculdade de
Letras da Universidade Federal do Rio de
Janeiro, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Licenciado em
Letras na habilitação Português/Inglês.

Orientadora: Profa. Dra. Janine Maria Mendonça Pimentel

Rio de Janeiro
2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro às duas mulheres que conheci ao nascer e que me acompanham até hoje; primeiro, Simone Ferreroni, minha mãe, por sempre ter me proporcionado todo o apoio e liberdade de que precisei para construir minha identidade e decidir meu caminho; segundo, a Dra. Ione Braga por, não contente em só fazer o parto, ter decidido ser a tia do coração, 2ª mãe e 3ª avó que sempre me deu todo o amparo. Espero que uma tenha orgulho do "feminista" que criou e a outra aprecie esta minha singela passagem pela Ginecologia e Obstetrícia.

Agradeço também à minha orientadora, Janine Pimentel, por ter me acolhido prontamente quando encontrei nos Estudos da Tradução minha razão de estar na Faculdade de Letras, por todas as oportunidades que me proporcionou e projetos nos quais me incentivou a participar desde então, da tradução do OBOS à pós-graduação em Linguística Aplicada.

Não posso deixar de ser grato à organização Our Bodies Ourselves pela dedicação de suas voluntárias ao longo dos anos, sem a qual este trabalho jamais poderia ter acontecido, e a todas as pessoas envolvidas na tradução, revisão e adaptação de conteúdo do *Nossos corpos por nós mesmas*, pelo trabalho, pelas reuniões proveitosas e pelas leituras que despertaram em mim o interesse pela expressão de gênero como área de foco nos Estudos da Tradução.

Por fim, agradeço ao "Clacolândia", querido grupo de amigas e amigos que me acompanharam ao longo da graduação, continuam me inspirando a seguir na carreira acadêmica, e fazem eu me sentir um pós-doutor quando recorrem a mim com dúvidas de tradução: Manuel Coutinho, Julia Nolasco, Gabriel Lucas Martins, Thais Sampaio, Pedro Rodrigues, Rahmiel Cordeiro, Matheus Lage, Julianna Cardoso, Letícia Nunes, Rhuan Silva, Gabriel Martins Pires e Isabela Alencar. Mas continuarei não participando do Amigo Oculto.

RESUMO

Our Bodies, Ourselves, um *best-seller* americano e obra seminal no campo da saúde e da sexualidade femininas, foi traduzido por grupos feministas ao redor do mundo e publicado em mais de 30 idiomas desde a sua primeira publicação em 1973. Este trabalho trata da tradução brasileira do livro, intitulada *Nossos corpos por nós mesmas*, focalizando as estratégias empregadas pelas tradutoras para superar as dificuldades linguísticas impostas pela maneira como as línguas portuguesa e inglesa diferem quanto à marcação de gênero gramatical, assim como o compromisso que o projeto teve com o uso de uma linguagem inclusiva quanto a identidades sexuais e de gênero diversas. Após uma breve historização da relevância social do livro original, este trabalho discute concepções tradicionais e contestadoras (MITTMANN 2011) da tradução, tendo as teorias de Aubert (1989, 1993) e Flotow (1991) como norteadoras para pensar este projeto como uma tradução ativista e feminista devido a deliberadas transgressões contra as normas da língua portuguesa no que tange à expressão de gênero. Ao fim do trabalho, excertos da tradução são comparados ao texto original e comentados criticamente à luz das teorias discutidas.

Palavras-chave: tradução ativista; tradução feminista; linguagem inclusiva; OBOS

ABSTRACT

The American bestseller *Our Bodies, Ourselves* is a seminal work in the field of women's health and sexuality, having been translated by global feminist groups and having its contents made available in over 30 languages since it was first published in 1973. This paper is about the Brazilian translation of the book, *Nossos corpos por nós mesmas*, and focuses on the strategies employed by translators who sought to overcome the linguistic challenges posed by the way in which English and Portuguese differ when it comes to the expression of grammatical gender, as well as the commitment to the use of inclusive language that affirms diverse sexualities and gender identities. Following a brief discussion of the history and social relevance of the original book, this paper discusses traditional and questioning conceptions of translation (Mittmann 2011), with Aubert's (1989, 1993) and Flotow's (1991) theorizations being fundamental to thinking of the project as an activist, feminist translation in the way that it deliberately transgresses against Portuguese language norms on gender expression. The discussion will be based on the comparison of excerpts of the translation and source text.

Keywords: activist translation; feminist translation; inclusive language; OBOS

SUMÁRIO

Introdução	5
CAPÍTULO 1 — Our Bodies, Ourselves: por que traduzir?	6
CAPÍTULO 2 — Perspectivas teóricas sobre o processo de tradução	9
2.1 Concepções tradicionais e concepções contestadoras da tradução	10
2.2 Considerações sobre tradução e adaptação	12
CAPÍTULO 3 — Desafios linguísticos encontrados ao traduzir gênero no OBOS	14
3.1 A expressão de gênero na língua inglesa	17
3.2 A expressão de gênero na língua portuguesa	18
3.3 A demanda por linguagem inclusiva e uma tradução ativista	21
CAPÍTULO 4 — Excertos da tradução	25
CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

Introdução

Este trabalho procura investigar na versão brasileira do livro *Our Bodies, Ourselves* (doravante OBOS) as decisões e estratégias de tradução que podem caracterizá-la como o produto de uma tradução ativista e feminista, ecoando as ideias defendidas por Luise von Flotow (1991) e Olga Castro (2013) sobre a apropriação de um texto por sua tradutora ideologicamente motivada. Tenho por objetivo engajar com as seguintes questões: a tradução, *Nossos corpos por nós mesmas*, cumpre a sua proposta de utilização de uma linguagem inclusiva, contemplando o público feminino e LGBTQ+ no Brasil? Quais são os aspectos que dificultam esse trabalho? Como estas dificuldades podem vir a ser abordadas por uma tradução ativista?

Em um primeiro momento, apresentarei a história do OBOS e de sua edição brasileira, *Nossos corpos por nós mesmas*, mostrando o que motivou a equipe de tradução (da qual fui integrante) a desenvolver o projeto, justificando o interesse que desperta a pesquisadores dos Estudos da Tradução e o quanto o produto final será passível de análise para os propósitos deste trabalho. Em seguida, no capítulo 2, será discutida a insuficiência de visões tradicionais sobre o processo de tradução, e demonstrar-se-á como apenas visões não-essencialistas e culturalmente orientadas explicam a existência da tradução aqui discutida e legitimam os procedimentos adaptativos julgados necessários a fim de conseguirmos um produto final satisfatório. Essa conceituação terá aporte imprescindível naquilo que estudiosas e estudiosos da tradução como Susan Bassnett e André Lefevere (1990), Francis Henrik Aubert (1993) e Solange Mittmann (2011) têm a dizer sobre as transformações dos modos de se pensar e fazer o processo tradutório.

O capítulo 3 deste trabalho apresentará os principais desafios presentes durante a tradução do OBOS no âmbito linguístico. Serão conceituadas as diferenças entre a língua inglesa e a língua portuguesa no que tange a marcação de gênero, e a influência dessas diferenças na tradução inglês→português; além disso, será discutida a demanda por uma linguagem inclusiva que contemple identidades de gênero e sexualidades não-hegemônicas, e a insuficiência de uma linguagem genérica pautada na norma padrão para esses fins. Pesquisas conduzidas por John Gastil (1990) e Gygas et al (2009) informam minha perspectiva sobre a marcação de gênero, e a teorização de Câmara Jr. (1989) será importante enquanto representativa da perspectiva mais disseminada acerca do assunto. Tive no trabalho de Ana Lucia Santos (2019) um acesso importante às discussões envolvidas na atual demanda por possibilidades de neutralidade de gênero na língua portuguesa, e as dificuldades nisso ensejadas. O *manual para uso não sexista da linguagem*, publicado pela Secretaria de Políticas Para as

Mulheres do Rio Grande do Sul em 2014, servirá como exemplo de uma proposta que contradiz a perspectiva gramatical hegemônica e teve grande utilidade para orientar a tradução do OBOS, ainda que suas propostas provem-se insuficientes para contemplar questões identitárias que são caras ao propósito do projeto, como será discutido.

No capítulo 4, exponho um banco de trechos que exemplificam aspectos dignos de comentário na tradução de *Nossos corpos por nós mesmas*, apontando a materialização do que terá sido discutido até então.

Espera-se que este trabalho sirva como uma proveitosa reflexão sobre a prática tradutória e sobre as possibilidades de adequação do uso da linguagem a fins sociais explicitamente considerados importantes. Ainda que a natureza da linguagem como prática social torne infactível conclusões definitivas sobre estratégias universais para superar os desafios aqui descritos, a reflexão sobre estes fenômenos—apontados em um caso concreto e específico—pode contribuir para a construção de conhecimentos e experiências, proporcionando a tradutoras e (re)escritores de todo tipo um maior repertório ao qual recorrer em suas decisões no que tange à expressão de gênero em linguagem.

Capítulo 1 — Our Bodies, Ourselves: por que traduzir?

A obra central às discussões trazidas neste trabalho, *Our Bodies, Ourselves* (doravante OBOS), é um livro sobre saúde e sexualidade feminina publicado pela primeira vez em 1973, nos Estados Unidos, por um coletivo então conhecido como o Boston Women's Health Book Collective (Coletivo de Livros de Saúde das Mulheres de Boston). O enorme e contínuo sucesso da obra proporcionou a expansão da organização ativista que a publicou; hoje, essa marca é visível no fato de que "Our Bodies Ourselves" veio a se tornar também o nome oficial da entidade, cujo *site* pode ser acessado em ourbodiesourselves.org.

O sucesso do OBOS pode ser atribuído às suas propostas transgressivas e revolucionárias: como o título sugere (em tradução livre, *Our Bodies, Ourselves* significa "nossos corpos, nós mesmas"), trata-se de um livro voltado para o público feminino e orientado a partir de perspectivas femininas e feministas. O OBOS traz às leitoras uma série de capítulos versando sobre uma ampla gama de tópicos relacionados à saúde e à sexualidade femininas, em todos os estágios da vida da mulher: há capítulos sobre menstruação, relacionamentos e relações sexuais, gravidez e maternidade, aborto, menopausa, ativismo feminista, entre outros; quase todos os capítulos contêm relatos experienciais de mulheres reais, tanto especialistas quanto leigas.

Fundamental à proposta é a ideia de que o livro proporciona conhecimentos vitais a mulheres de qualquer idade e em diversas circunstâncias de vida, podendo hipoteticamente acompanhar uma leitora desde a infância até idades mais avançadas, e discorrendo tanto sobre questões relativas à maternidade quanto à não-maternidade, sem juízos morais e valorizando as escolhas informadas da mulher. A celebração da sexualidade feminina (incluindo nisso mulheres lésbicas e bissexuais) e em especial a discussão dos direitos reprodutivos podem ser considerados os principais aspectos revolucionários do OBOS, uma vez que, na época de sua publicação nos EUA, o discurso acerca da saúde feminina era ainda extremamente dominado por homens, o acesso ao aborto no país ainda estava em sua infância e o ativismo LGBT ainda começava a ganhar destaque. A fim de contextualização histórica, podemos apontar que a rebelião de Stonewall ocorreu em junho de 1969, desencadeando um grande volume de discurso sobre identidades *queer*, e o caso *Roe v. Wade*, que determinou a constitucionalidade do aborto a nível federal nos EUA até 2022, foi decidido em janeiro de 1973—mesmo ano da ampla publicação do OBOS, que no entanto já existia em formato de livreto há alguns anos.

Desde a publicação, a significativa popularidade do OBOS e a dedicação de suas autoras permitiu que a obra fosse frequentemente atualizada, mantendo-se relevante à sociedade moderna; sua edição mais recente nos EUA é a de 2011. As atualizações e transformações do livro não se deram apenas em inglês e nos EUA, no entanto, fato que torna o OBOS um objeto de estudo tão interessante aos Estudos da Tradução. Com o passar dos anos, observando a importância da proposta e o notável impacto da obra, grupos feministas fora do país de origem se interessaram em publicá-la em seus próprios idiomas, tornando o conteúdo acessível à população feminina de diversos países. O seguinte trecho, traduzido por mim, consta na seção Global Projects do portal *online* "Our Bodies Ourselves Today":

Desde os anos 70, quando "Our Bodies, Ourselves" tornou-se um *bestseller* nos Estados Unidos, grupos feministas ao redor do mundo vêm traduzindo e adaptando o livro para mulheres em seus próprios países. Até setembro de 2022, foram desenvolvidos conteúdos baseados no livro em 34 línguas diferentes.

Nesta mesma seção, é também visível que as traduções e adaptações do OBOS ao redor do globo não são um projeto comercial/editorial e sim empreitadas pautadas no ativismo feminista, visto que a Our Bodies Ourselves tornou-se uma organização voluntária sem fins lucrativos e insiste na parceria com coletivos feministas para que esses projetos sejam viabilizados.

É um advento recente o português brasileiro figurar como uma entre as 34 línguas nas quais conteúdos baseados no OBOS podem ser acessados. Em 2019, as professoras Érica Lima (Unicamp) e Janine Pimentel (UFRJ) por acaso estudaram ao mesmo tempo o interessante caso das traduções globais do OBOS nos cursos de tradução que ministram em suas respectivas instituições, e decidiram que trazer a edição mais recente do livro para o Brasil seria um projeto de evidente relevância social. Para tal, foram organizados três grupos de trabalho: um da Unicamp, um da UFRJ (do qual fiz parte) e um do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde (CFSS), uma ONG feminista com sede em São Paulo. Os grupos das universidades, compostos majoritariamente por estudantes de pós-graduação e graduação, se encarregaram de traduzir capítulos do livro, enquanto o grupo do Coletivo contava com especialistas médicas e jurídicas responsáveis por adaptação de conteúdo (além de satisfazer a condição imposta pela organização Our Bodies Ourselves, que como sempre exigiu a participação de um grupo ativista feminista na adaptação).

Recebida a permissão necessária, as equipes de tradução voluntárias começaram a trabalhar conjuntamente em capítulos do OBOS ainda em 2019, fazendo reuniões frequentes para compartilhar suas experiências e tomar decisões acerca do andamento do projeto, com o objetivo final de publicar uma edição brasileira do livro. Isso se concretizou em julho de 2021, com a publicação do volume 1 de *Nossos corpos por nós mesmas* pela editora Casa Literária. A intenção original seria publicar o restante da obra em três volumes separados; no entanto, devido a algumas dificuldades editoriais, prevê-se que seja lançado pela Ema Livros em 2023 um volume único que conterá todos os capítulos—estando ele já em pré-venda no momento em que se publica este trabalho. Para os propósitos da análise a ser efetuada aqui, farei referência apenas ao livro que encontra-se atualmente publicado, com sua apresentação, seus sete capítulos (Nossos corpos femininos – anatomia sexual, reprodução e o ciclo menstrual; imagem corporal; métodos contraceptivos; sexo mais seguro; aborto; violência contra as mulheres no Brasil; saúde ambiental e das trabalhadoras) e três prefácios (da equipe de tradução, do CFSS e da equipe médica da USP).

A tradução do OBOS foi um projeto desafiador em aspectos que considero de grande relevância aos Estudos da Tradução e que, portanto, são altamente passíveis de análise. Nos capítulos subsequentes deste trabalho, pretendo discutir as visões mais atuais de tradução que possibilitam e legitimam a existência de uma obra como *Nossos corpos por nós mesmas*, apontando a insuficiência de concepções tradicionais e estruturalistas de tradução como transferência de conteúdo entre línguas, e a necessidade de se enxergar cultura e poder durante o

ato da tradução; além disso, me debruçarei sobre alguns dos principais desafios específicos presentes na tradução do OBOS (a necessidade da adaptação, a distinção no tratamento de gênero em inglês e português, e a importância de se contemplar identidades sexuais e de gênero diversas). Minha perspectiva sobre esses desafios e as estratégias adotadas para enfrentá-los é fundamentalmente informada pelas frequentes reuniões e discussões promovidas pelas equipes de tradução durante minha atuação como tradutor e revisor voluntário no projeto, ainda que nenhum dos capítulos aqui referenciados seja de tradução minha.

Capítulo 2 — Perspectivas teóricas sobre o processo de tradução

Ao se discutir teorias de tradução, considero impreterível começar ecoando as palavras frequentemente citadas de Susan Bassnett (1991), segundo quem "o propósito de teorias de tradução é alcançar uma compreensão de processos envolvidos nesse ato e não, como se costuma entender erroneamente, propor um conjunto de normas para se realizar a tradução 'perfeita'". Tenho como verdade que todo ato de tradução corresponde a (ou serve a) uma concepção ou teoria do que se entende por *traduzir*, e do papel atribuído nesse processo à pessoa que traduz. Nisso, não proponho que, em um ato de tradução qualquer, a tradutora precise estar ciente de e orientada por uma fundamentação teórica; seria essa uma proposta absurda, visto que a capacidade de traduzir, tal qual a capacidade de falar, é acessível a qualquer falante da língua desde que tenha as faculdades necessárias. Um falante bilíngue mas inteiramente leigo, sequer ciente da existência dos Estudos da Tradução como campo de conhecimento acadêmico, pode traduzir enunciados de uma língua a outra, produzindo uma tradução não menos válida ou relevante que qualquer outra.

No entanto, todas as escolhas feitas por esse indivíduo hipotético durante o processo tradutório estarão pautadas, ainda que inconscientemente, na sua concepção de linguagem e tradução. Caso se deseje analisar ou avaliar de alguma maneira o produto final, essa análise estará pautada (explicitamente ou não) em diferentes teorias da tradução a partir do momento em que analistas diferentes atribuirão importância distinta aos diversos aspectos e agentes envolvidos no processo: a tradutora, o tempo e espaço, o porquê, as línguas, a leitora etc.

Em se discutir e confrontar teorias da tradução, procuramos chamar atenção a diferentes possibilidades e problematizar as limitações de abordagens com as quais discordamos, mas a cautela defendida por Bassnett é fundamental para que não se perca de vista a realidade de que existe no mundo uma grande diversidade de traduções e discursos sobre tradução, servindo a ideologias tão variadas quanto as pessoas que as propagam, o que não

desqualifica este ou aquele produto como uma tradução válida e possível em busca da "tradução perfeita".

O propósito deste capítulo, portanto, não é argumentar que a tradução do OBOS está fundamentada em teorias de tradução mais modernas e superiores que idealmente devam suplantiar outras perspectivas; em vez disso, procuro demonstrar com que concepções da tradução o projeto se alinha e por que motivos, a fim de justificar as muitas escolhas que foram feitas pela equipe de tradução ao longo do processo. Para chegar às perspectivas que norteiam a tradução do OBOS, partirei de um desenho amplo das correntes principais conhecidas nos Estudos da Tradução.

2.1 — Concepções tradicionais e concepções contestadoras da tradução.

Mittmann (2011) faz um agrupamento lúcido e conciso das principais correntes de pensamento sobre tradução, atribuindo-as a duas grandes perspectivas. A autora chama de "perspectiva tradicional" o conjunto de concepções que "[consideram] a tradução como como *transporte de sentidos* e o tradutor como instrumento desse transporte" (grifo meu). Ainda que teóricos e tradutores que podem ser ditos representantes dessas concepções eventualmente discordem quanto a certos aspectos do processo tradutório, é comum o entendimento de que o texto a ser traduzido "contém" significados, e que a pessoa que traduz procurar "extrair" tais significados e recodificá-los em outra língua, de modo que falantes daquela língua tenham acesso aos significados contidos no texto original—desta forma, "transportando" um significado de uma língua a outra, como coloca Mittmann. Nisso, percebemos um essencialismo típico de teorias estruturalistas, pois se concebe a existência do significado como algo que é criado por um autor e que pode ser "alcançado" através da linguagem—atribui-se a ele uma existência externa.

Como Mittmann pontua, os teóricos da tradução que se pautam pela perspectiva tradicional não são ingênuos quanto à possibilidade de se utilizar a tradução literal, palavra-por-palavra em quaisquer contextos, tampouco ignoram a influência que o tradutor enquanto pessoa pode ter sob o texto traduzido; num geral, porém, enxergam essas questões como lamentáveis inevitabilidades, buscando mitigá-las o máximo possível e sustentando que o papel do tradutor deve ser o de transportador, transferidor ou—em último recurso—reformulador, sempre invisível. Cabe ao autor produzir ideias e significados, e ao tradutor decodificá-los e recodificá-los o mais "corretamente" possível, sendo a "fidelidade" ao texto fonte de suma importância.

A segunda perspectiva descrita no agrupamento esquemático de Mittmann, a "perspectiva contestadora", é nomeada assim pela autora pois as concepções alinhadas a ela existem em resposta e em contraste às da perspectiva tradicional. Há entre os teóricos dessas linhas um rompimento com o essencialismo, rejeitando-se a ideia do significado de um enunciado como único, contido em si e de domínio do autor; além disso, são enfatizados os demais agentes e aspectos do processo tradutório: além do autor, do texto original e das línguas envolvidas, enfatiza-se a subjetividade da pessoa que traduz, o público a que se destina aquela tradução e as condições sócio-históricas em que se dá o processo. Em vez de transferência, entende-se a tradução primariamente como uma transformação socioculturalmente situada.

Teorizações contestadoras afloraram em sua maioria a partir da década de 80, compondo a chamada "virada cultural" nos Estudos da Tradução, cujas obras representativas têm como fio comum a ideia de que uma maior integração da dimensão cultural à tradução coloca a linguagem não como uma entidade referencial externa, e sim como aspecto integrante e indissociável da cultura, suplantando conceitos estruturalistas (LEFEVERE, BASSNETT 1990, NOUSS 2000). Creio que seja relevante ressaltar que esse movimento ou "virada" anti-essencialista não se deu exclusivamente dentro dos Estudos da Tradução, sendo na verdade um reflexo de tendências maiores observáveis nas Ciências Sociais como um todo conforme diversas disciplinas passaram a refletir sobre o papel da linguagem na construção social de subjetividades (PENNYCOOK 2006).

A definição de tradução utilizada pelo teórico Francis H. Aubert (1989), alinhado à perspectiva contestadora que Mittmann descreve, é "a expressão em língua de chegada (LC) de uma leitura feita em língua de partida (LP) por um determinado indivíduo, sob determinadas condições de recepção e de produção". Percebe-se nessa definição a ideia de que, ao traduzir, em vez de extrair e transpor um significado, estamos compartilhando uma leitura entre muitas possíveis. Para ilustrar sua concepção, Aubert separa o ato comunicativo em três "mensagens": a "mensagem pretendida" (aquilo que o falante/autor/emissor "quis dizer"), a "mensagem virtual" (todo o conjunto de possíveis interpretações a partir do que é linguisticamente produzido) e a "mensagem efetiva" (a leitura de um indivíduo). Crucial à concepção de Aubert é a ideia de que a tradução seria, então, um segundo ato comunicativo, no qual a pessoa que traduz usa a "mensagem efetiva" que construiu a partir do primeiro ato e a transforma em nova mensagem pretendida.

Devo frisar que, com essa proposta, Aubert não objetiva caracterizar a tradução como uma diluição de conteúdo (ainda que talvez seja essa a interpretação que teóricos alinhados a

concepções tradicionais fariam). O autor clarifica que sua intenção é questionar a ideia da "fidelidade" como valor norteador à tradução, uma vez que a mensagem pretendida em sua essência é epistemologicamente inacessível ao leitor-tradutor e, portanto, pouco passível de ser colocada na posição de algo a que devemos ser "fiéis" na tradução; em vez disso, Aubert propõe fidelidade à *mensagem efetiva* construída pelo tradutor em sua leitura.

Além disso, ao conceituar a tradução como um segundo ato comunicativo, Aubert chama atenção à importância de outros agentes no processo: os receptores do segundo ato, ou seja, as pessoas que leem a tradução, que são num geral diferentes dos receptores do ato original (leitores falantes da língua do emissor). O teórico propõe que, além da imagem que constrói do emissor e do texto original, a pessoa que traduz constrói também uma imagem dos receptores de sua tradução e, idealmente, deveria atentar às "expectativas, necessidades e/ou possibilidades" deste público. Em síntese, podemos dizer que Aubert conceitua a tradução como um processo de intermediação e a pessoa que traduz como um leitor-reescritor, em vez de um mero canal para transmissão de conteúdo. "Tradução como reescrita" é uma expressão-chave para se entender as propostas de Aubert (1989) e de Mittmann (2011), e devemos atribuir sua cunhagem a Lefevere (1992), ainda que o sentimento ecoe em múltiplas obras produzidas após a virada cultural.

2.2 — Considerações sobre tradução e adaptação.

Os aspectos supracitados da teorização de Aubert (1989, 1993) dialogam nitidamente com o projeto de tradução do OBOS, visto que as expectativas, necessidades e possibilidades que imaginamos para as receptoras brasileiras são *radicalmente* diferentes do que as autoras dos capítulos originais procuravam contemplar. A distinção se articula muito além da barreira linguística, uma vez que o OBOS não é uma obra literária de fim artístico, e sim educativo e ativista. De certo, seria plenamente *possível* traduzir o livro na íntegra de uma maneira que prezasse a máxima fidelidade possível ao texto-fonte, priorizando traduções mais literais e ocasionais reformulações indispensáveis, pautada pela perspectiva tradicional da tradução. O resultado, porém, seria um livro em língua portuguesa, publicado no Brasil em 2021, cujo propósito e efeito comunicativo seriam ensinar à leitora tudo que ela precisa saber sobre ser uma mulher estadunidense em 2011. O problema desta situação hipotética não está nem na qualidade do texto-fonte nem na competência interpretativa da pessoa que traduz, e sim na imagem que se cria sobre a pessoa que lê. Na tradução do OBOS, podemos considerar que o propósito comunicativo do texto-fonte é informar a mulher estadunidense sobre seu corpo, sua sexualidade e seus direitos para empoderá-la enquanto cidadã. Por sua vez, o propósito comunicativo da

tradução é informar a leitora *brasileira* sobre essas mesmas coisas. Atentemos ao seguinte trecho, retirado do prefácio assinado pelo Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde em *Nossos corpos por nós mesmas* (2021, p. 17):

É um desafio fazer a adaptação cultural de um livro para um contexto tão diverso quanto o das mulheres brasileiras, por isso destacamos a importância dos depoimentos ao longo dos capítulos. As experiências no contexto do aborto e do enfrentamento à violência contra as mulheres na realidade brasileira são muito diferentes da versão americana, seja pela legislação, pela existência do Sistema Único de Saúde (SUS) e pelas particularidades do movimento social e ativismo.

"Adaptação" é um termo polissêmico e de significado nem sempre transparente. Seu significado lexical básico de "ajuste de uma coisa a outra finalidade" dá margem a diversos usos, da Biologia à Música, mas mesmo limitando o escopo à Literatura e aos Estudos da Tradução podemos encontrar dificuldades, uma vez que a adaptação pode ser entendida e estudada como o procedimento através do qual, por exemplo, um livro é transformado em um filme, algo mais precisamente definido como "adaptação literária" ou "adaptação criativa" (HUTCHEON 2006). No entanto, a adaptação a que me refiro e à qual a citação do prefácio acima se refere no contexto deste trabalho é a adaptação enquanto procedimento ou técnica de tradução, conceituada por Barbosa (1990 p. 76) como "o limite extremo da tradução: aplica-se em casos onde a situação toda a que se refere [o trecho do texto original] não existe na realidade extralinguística dos falantes da [língua-alvo]. Esta situação pode ser recriada por uma outra equivalente na realidade linguística da [língua-alvo]".

Ainda que o entendimento da adaptação como técnica de tradução seja pensado por Barbosa e os teóricos nos quais ela se apoia primariamente a nível de unidades lexicais (e.g. seria adaptação traduzir *the IRS* como "a Receita Federal" ou *100-degree weather* como "calor de 40 graus"), considero que o princípio básico que orienta a necessidade da técnica—adequação à realidade cultural do público receptor—também pode justificar ocorrências em maior escala. O capítulo 6 de *Nossos corpos por nós mesmas*, "Violência contra as mulheres no Brasil", é um produto inteiramente original da versão brasileira, pois foi considerado que o texto-fonte (*Violence Against Women*) seria totalmente inadequado ao contexto da leitora brasileira, devido a grandes diferenças histórico-legislativas. O capítulo inteiro, é portanto, sob a minha perspectiva, uma tradução do original que utiliza ao máximo a técnica da adaptação.

Nessa linha, ainda que entenda e concorde com a caracterização que Barbosa faz da adaptação como técnica que, pela falta de correspondência linguística envolvida, se aproxima do

"limite extremo da tradução", creio que a adaptação ainda deve ser entendida aqui como parte do processo de *tradução*, em vez de ser um processo paralelo e colocado em dicotomia com a tradução. Parece-me despropositado, por exemplo, considerar que entre os 7 capítulos de *Nossos corpos por nós mesmas* (2021) há na verdade 6 traduções e 1 adaptação "inserida" "no lugar" de um capítulo "excluído" do texto-fonte (inclusive, há outros capítulos, como o capítulo sobre aborto, que empregam a adaptação em grande volume mas ainda mantém extensos segmentos nos quais ela não é a técnica predominante). O fato de o capítulo inteiramente adaptado ser parte de um todo, assim como o fato de que seu propósito comunicativo parece ter grande correspondência com o do original, me dão respaldo para afirmar que, por mais extensa que seja, a adaptação continua sendo um entre muitos procedimentos da tradução do OBOS, e não um processo paralelo, o que ecoa as ideias de Lefevere (1992) sobre a tradução como reescrita.

Capítulo 3 — Desafios linguísticos encontrados ao traduzir gênero no OBOS

Até o presente momento, este trabalho discorreu sobre perspectivas teóricas que dão respaldo à tradução do OBOS e justificam o porquê de esta ser qualificada indubitavelmente como uma tradução, apesar de um descompromisso com concepções tradicionais de fidelidade tradutória e do amplo emprego de adaptações. No entanto, creio que os desafios do âmbito estritamente linguístico, a serem conceituados neste capítulo, sejam o aspecto mais interessante a se analisar no processo.

Os desafios linguísticos à tradução não se evidenciam à primeira vista, diferentemente dos culturais—o que é de certa forma surpreendente, se consideramos que a linguagem costuma ser entendida como mais concreta e imediatamente visíveis que questões da ordem cultural. No entanto, com o que foi disposto aqui até então, é simples perceber a imprescindibilidade da adaptação no OBOS na maioria dos casos em que faz-se necessária, pois não é difícil identificar quais referentes culturais externos seriam inúteis à leitora brasileira. No que tange à linguagem *per se*, porém, pode-se imaginar a princípio que o OBOS poderia ser perfeitamente traduzido seguindo o que é prescrito/recomendado pelas normas padrão/culta da língua portuguesa, talvez com eventuais desvios estilísticos a serviço de um registro mais informal em relatos ou descrições de cultura popular. Há características das línguas envolvidas na tradução (a língua inglesa e a língua portuguesa), no entanto, que trazem grandes desafios à prática tradutória em um aspecto ironicamente relevante aos conteúdos do livro: a expressão de gênero.

Como exemplo ilustrativo, faço a seguinte pergunta: como traduzir a frase hipotética *ask your doctor's previous patients about their experiences*, especificamente no que tange a

gênero? Entre muitas possibilidades, "questione pacientes anteriores do seu médico sobre as experiências deles" seria uma tradução literal com total respaldo nas normas e expectativas do português; no entanto, uma outra possibilidade considerada válida seria "da sua médica" e "delas", caso um contexto "exigisse" e "legitimasse" a marcação de gênero. Para *[the patients] experiences*, "as experiências delas" se justifica com facilidade em um contexto ginecológico e obstétrico, por exemplo¹. No entanto, e quanto a *ask your doctor?* Caso uma tradução literal fosse desejada, seria necessário escolher entre "seu médico", "sua médica" ou, caso haja espaço para a Neolinguagem (BREVILHERI, LANZA e SARTORELLI 2022), "sue médique". Nem mesmo a alternativa "profissional da saúde" se exime da marcação de gênero, uma vez que escolher-se-á entre "seu profissional", "sua profissional" ou "sue profissional", sendo a primeira alternativa a normativamente recomendada e a terceira considerada agramatical pelas instituições detentoras de poder regulatório sobre a língua. Uma tradutora motivada a contornar a marcação direta de gênero a todo custo poderia optar por uma alternativa como "a pessoa que te presta cuidados de saúde", o que não deixa de ser uma escolha motivada pela questão da marcação de gênero, e que pode acarretar em consequências relativas a outros aspectos da avaliação de eficácia tradutória (por exemplo, o trecho parece demasiado enfadonho).

É sobre questões dessa ordem, as respostas escolhidas na tradução do OBOS, o respaldo teórico dessas escolhas e sua eficácia ou ineficácia que versa agora o capítulo mais importante deste trabalho. Partirei de uma conceituação básica sobre o tratamento de gênero na língua inglesa e na língua portuguesa, para então problematizar as perspectivas apresentadas e explorar possibilidades de abordagem desses desafios, recorrendo eventualmente a trechos de *Nossos corpos por nós mesmas* para exemplificar.

3.1 — A expressão de gênero na língua inglesa.

No inglês moderno, podemos dizer que não existe gênero gramatical como categoria classificadora de palavras. Ainda que alguns itens lexicais retenham uma especificidade de gênero (pronomes como *he* e *she* e nomes como *girl*, *king*, *actress*), gramáticos como Hall (1951) afirmam tratar-se de "gênero natural", em contraste ao "gênero gramatical", ou seja, ao contrário de línguas que têm gênero como categoria gramatical, a marcação de gênero em inglês sempre corresponderá a distinções de gênero "com correspondência na realidade". Portanto,

¹ Em contraponto, poderia ser apontada a existência de homens transgênero e de pessoas agênero ou outras identidades não-binárias que necessitam de cuidados ginecológicos. É um questionamento válido, ainda que pessoalmente eu não considere que haveria exclusão significativa na marcação de feminino neste contexto imaginado. A questão das identidades *queer* será discutida mais à frente neste capítulo.

palavras masculinas têm referentes "machos" e palavras femininas têm referentes "fêmeas", ainda que os gramáticos admitam exceções em casos de metáforas amplamente circuladas, como a ideia de que embarcações sejam "fêmeas" para marinheiros e o Sol seja "macho" em poesia. Mesmo sendo passível de duras críticas esse essencialismo binarista, por hora limito-me a descrever concepções de ampla circulação sobre a língua.

Produzi o quadro a seguir para servir como base à pontificação que farei abaixo sobre o gênero em nomes e pronomes² no inglês:

Linha	Frase exemplo	Leituras possíveis sem contexto
1	A student should trust her teacher.	<i>Student</i> se refere a uma estudante não específica mas ainda assim necessariamente feminina (o enunciado talvez circulasse em uma escola apenas para meninas). <i>Teacher</i> se refere a um docente não específico, de gênero indeterminado.
2	A student should trust her teachers.	Como em 1, mas <i>teachers</i> se refere a um conjunto de docentes não específicos de gêneros indeterminados.
3	A student should trust his teacher.	<i>Student</i> se refere a um estudante não específico, não necessariamente mas provavelmente masculino (ver a discussão a seguir sobre masculinos genéricos em inglês). <i>Teacher</i> se refere a um docente não específico, de gênero indeterminado.
4	A student should trust his teachers.	Como em 3, mas <i>teachers</i> se refere a um conjunto de docentes não específicos de gêneros indeterminados.
5	A student should trust their teacher.	<i>Student</i> se refere a um estudante não específico, de gênero indeterminado, assim como <i>teacher</i> (ver a discussão a seguir sobre a questão do <i>they</i> singular).
6	A student should trust their teachers.	Como em 5, mas <i>teacher</i> se refere a um conjunto de docentes não específicos, de gêneros indeterminados.
7	All the students arrived before their teacher.	<i>Students</i> se refere a estudantes específicos, de gênero indeterminável. <i>Teacher</i> se refere a um docente específico, de gênero indeterminável.
8	All the students arrived before their teachers.	<i>Students</i> se refere a estudantes específicos, de gênero indeterminável. <i>Teacher</i> se refere a um conjunto de docentes específicos, de gêneros indetermináveis.

Quadro 1 (Elaboração: Raphael Ferreroni): Exemplos ilustrativos da expressão de gênero em língua inglesa. As "leituras possíveis" aqui devem ser entendidas como esperadas e permissíveis por uma norma padrão da língua (HALL 1951), não como as mais prováveis ou desejáveis.

Vemos que ocorre flexão de número nos nomes *student* e *teacher*, mas em momento algum ocorre neles flexão de gênero. Essa natureza é comum a quase todos os nomes no inglês moderno, salvo as exceções já mencionadas, que são uma ínfima minoria em declínio se

² Por simplicidade, opto por traduzir *possessive determiner* como "pronome possessivo", ainda que o emprego e "comportamento" desse tipo de palavra seja diferente do que se entende como pronome em inglês.

comparados ao léxico em infinita expansão. Quando um nome tem como referente alguém que a língua considera como capaz de ter gênero (geralmente uma pessoa ou um animal de estimação), a indicação desse gênero poderá ser observada, por exemplo, no uso dos pronomes pessoais singulares de terceira pessoa *he/she* e possessivos singulares de terceira pessoa *his/her*. Por essa razão, ao menos no singular, o inglês não é uma língua totalmente neutra em relação à marcação de gênero. Entre as estratégias adotadas por falantes para contornar isso quando necessário, há dois fenômenos linguísticos que considero relevantes e passíveis de comentários: o *he* genérico e o *they* singular.

As linhas 3 e 4 do quadro 1 podem porventura ser lidas como exemplos de emprego do *he* genérico, ainda que não fosse essa a intenção do emissor. É tradicional na língua inglesa o uso de pronomes masculinos em situações nas quais o gênero do referente é indeterminado—não por uma questão de observação e androginia, mas ao se tratar de indivíduos genéricos como os sujeitos envolvidos em cenários hipotéticos, como o cidadão a quem se refere o texto de leis ou em afirmações genéricas sobre a população e a humanidade. Na modernidade, textos jurídicos são o principal âmbito de ocorrência para o *he* genérico, que tem caído em desuso (SPENDER 1980, HUDDLESTON & PULLUM 2005).

As linhas 5 e 6 do quadro 1 são exemplos prototípicos do emprego do *they* singular. Normalmente, o pronome *they* é utilizado como terceira pessoa do plural, independente de gênero ou animacidade. Como alternativa ao *he* genérico, o *they* singular pode ser empregado—sem qualquer alteração na sua conjugação—quando o gênero do referente é indeterminado, irrelevante ou, mais frequentemente na atualidade, não-binário. Ainda que criticado por forças conservadoras por uma suposta agramaticalidade e confusão de número, o *they* singular ocorre na língua inglesa e compete com o *he* genérico há séculos, apenas tendo seu uso mais recentemente expandido para contemplar pessoas específicas mas cujas identidades de gênero não são bem expressas por outros pronomes. O *they* singular tem ganhado terreno, e há falantes do inglês que reagem com estranhamento ao uso do *he* genérico (HUDDLESTON & PULLUM 2002, 2005).

Indo além da mera descrição e engajando com a questão dos possíveis efeitos sociais articulados nesses fenômenos linguísticos, podemos voltar o olhar para experimentos de associação imagética como os conduzidos por John Gastil (1990), que mostram resultados com implicações interessantes. Informantes do experimento demonstraram uma forte associação do *he* genérico com imagens masculinas, ao passo que o *they* singular rendeu associações menos nítidas, e o *he/she* (com barra) evocou mais imagens masculinas para informantes homens. Esses

dados dão legitimidade às objeções já feitas há décadas por falantes que criticam o *he* genérico como uma ferramenta de opressão patriarcal através da linguagem (SPENDER 1980).

Um falante de inglês dificilmente precisa fazer escolhas deliberadas para evitar a distinção de gênero nos seus usos corriqueiros da linguagem e, quando faz, na maioria dos casos-problema há opções de fácil execução e com grande prestígio e legitimidade institucional disponíveis ao falante. É interessante observar que, mesmo assim, há contundentes críticas sociais feministas que são tecidas contra o estado atual da gramática da língua inglesa, mesmo sendo ela relativamente aberta à não-marcação de gênero, com rumo a uma linguagem inclusiva que descarte até mesmo as poucas palavras em que se manifesta o "gênero natural". Veremos a seguir que o caso do português atualmente é muito diferente, o que deve rapidamente tornar claras algumas das principais dificuldades em se traduzir neste par de línguas.

3.2 — A expressão de gênero na língua portuguesa.

Por possuir gênero gramatical como categoria de classificação de palavras e concordância de gênero entre nomes e artigos, pronomes, numerais e adjetivos, a língua portuguesa é nitidamente mais complexa que a inglesa neste aspecto específico. Imediatamente, é necessário reconhecer que existe, no estudo da gramática, uma distinção relevante entre "gênero gramatical" e o "gênero natural" anteriormente discutido no contexto do inglês; em síntese, essa concepção estabelece que a categorização de palavras de língua portuguesa no que se entende popularmente por masculino e feminino raramente corresponde à binarização de sexo/gênero atribuída a seres humanos e outros animais. De fato, como aponta Santos (2019), a grande maioria dos nomes que marcam gênero no português têm como referente seres não-sexuados; além disso, a marcação de gênero é muito mais variada e complexa do que a ideia básica de que o traço mórfico "-o" e o traço mórfico "-a" correspondem a "masculino" e "feminino" respectivamente, uma vez que há muitos vocábulos que contradizem essa concepção de variadas formas (a exemplo, "*o planeta*", "*a libido*", "*a fonte*", "*o norte*", "*o/a estudante*").

No que tange à marcação de gênero em vocábulos que têm como referente seres sexuados, em especial pessoas, gramáticos com visões pautadas no estruturalismo tendem a resistir ao lugar-comum de que o português é uma língua "machista", num geral recorrendo às ideias expostas na obra seminal de Câmara Jr. (1970), algumas das quais o disposto acima ecoa. Sobre a marcação de gênero no português, o autor escreve:

O feminino é, portanto, em português, como uma particularização mórfico-semântica do masculino, uma forma marcada pela adjunção da desinência /a/. Para usarmos a terminologia de Trubetzkoy, trata-se de uma oposição privativa, onde uma forma

marcada pela desinência de feminino se afirma em face de uma forma não-marcada, ou de desinência \emptyset (zero) para o masculino.

Deste modo, recorrendo aos exemplos dispostos no quadro 2 abaixo, a distinção entre "aluno" e "aluna" não é entre "-o" e "-a", e sim entre "-a" e um morfema nulo, uma vez que "-o" em "aluno" é considerado vogal temática e "-a" em "aluna" uma flexão de gênero (a única flexão de gênero *stricto sensu* que faz a língua portuguesa). Essa ideia descreve e legitima a possibilidade de "aluno(s)" fazer referência a indivíduos de qualquer categoria social pautada em gênero/sexo, sendo necessário um maior contexto para determinar essa característica dos referentes, enquanto "aluna(s)" faz referência a uma categoria só. Podemos observar nas linhas 5, 6, 7, 8, 11 e 12 do quadro 2 exemplos que podem ser lidos como o uso de "aluno" como genérico.

Linha	Frase exemplo	Leituras possíveis sem contexto
1	Uma aluna pode confiar no professor dela	<i>Aluna</i> se refere a uma estudante não específica, mas necessariamente feminina. <i>Professor</i> se refere provavelmente a um docente não específico (por inferência), podendo ser feminino se hipotético, mas necessariamente masculino se específico.
2	Uma aluna pode confiar nos professores dela	Como em 1, mas <i>professores</i> se refere a um conjunto de docentes que podem ser todos masculinos ou masculinos e femininos, com ao menos 1 masculino e qualquer número de femininos.
3	Uma aluna pode confiar na professora dela	Como em 1, mas <i>professora</i> se refere a uma docente não específica (por inferência) ou específica, mas necessariamente feminina em qualquer caso.
4	Uma aluna pode confiar nas professoras dela	Como em 1, mas <i>professoras</i> se refere a um conjunto de docentes não específicas (por inferência) ou específicas, mas necessariamente femininas em qualquer caso.
5	Um aluno pode confiar no professor dele	<i>Aluno</i> se refere a um estudante não específico, que pode ser masculino ou feminino. <i>Professor</i> se refere provavelmente a um docente não específico (por inferência), podendo ser feminino se hipotético, mas necessariamente masculino se específico.
6	Um aluno pode confiar nos professores dele	Como em 5, mas <i>professores</i> se refere a um conjunto de docentes que podem ser todos masculinos ou masculinos e femininos, com ao menos 1 masculino e qualquer número de femininos.
7	Um aluno pode confiar na professora dele	<i>Aluno</i> se refere a um estudante não específico, que pode ser masculino ou feminino. <i>Professora</i> se refere a uma docente não específica (por inferência) ou específica, mas necessariamente feminina em qualquer caso.
8	Um aluno pode confiar nas professoras dele	Como em 7, mas <i>professoras</i> se refere a um conjunto de docentes não específicas (por inferência) ou específicas, mas necessariamente femininas em qualquer caso.

9	Todas as alunas chegaram antes dos professores delas	<i>Alunas</i> se refere a um conjunto de estudantes específicas, necessariamente femininas. <i>Professores</i> se refere a um conjunto de docentes específicos, que podem ser todos masculinos ou masculinos e femininos, com ao menos 1 masculino e qualquer número de femininos.
10	Todas as alunas chegaram antes das professoras delas	Como em 9, mas <i>professoras</i> se refere a um conjunto de docentes específicas e necessariamente femininas.
11	Todos os alunos chegaram antes dos professores deles	<i>Alunos</i> se refere a um conjunto de estudantes específicos, que podem ser todos masculinos ou masculinos e femininos, com ao menos 1 masculino e qualquer número de femininos. <i>Professores</i> se refere a um conjunto de docentes específicos, que podem ser todos masculinos ou masculinos e femininos, com ao menos 1 masculino e qualquer número de femininos.
12	Todos os alunos chegaram antes das professoras deles	Como em 11, mas <i>professoras</i> se refere a um conjunto de docentes específicas e necessariamente femininas.

Quadro 2 (Elaboração: Raphael Ferreroni): Exemplos ilustrativos da expressão de gênero em língua portuguesa. As "leituras possíveis" aqui devem ser entendidas como esperadas e permissíveis por uma norma padrão da língua (CÂMARA JR. 1970), não como as mais prováveis ou desejáveis.

O fenômeno acima descrito é o que se entende por "masculino genérico" no português—ainda que o uso de "masculino" no termo não se justifique dentro da perspectiva (genéricos seriam apenas genéricos, não masculinos). "Masculino genérico" é uma terminologia pautada em pragmatismo e geralmente utilizada por pessoas que problematizam o fenômeno (RIO GRANDE DO SUL 2014, SANTOS 2019), entendendo que o uso do não-feminino como estratégia generalizante, em contraste ao feminino, posiciona o feminino na posição de *outro* e o não-feminino—pragmaticamente percebido como masculino—na posição de *normal*.

Pouco interessa a mim e ao escopo deste trabalho argumentar contra arbitrariedades terminológicas do estruturalismo. Para os propósitos de se descrever a expressão de gênero no português a fim de refletir sobre a prática tradutória, bastam-me aqui as seguintes conclusões possíveis a partir de uma análise dos exemplos ilustrativos que trago no quadro 2:

- Existem formas linguísticas que fazem um vocábulo referenciar indivíduos socialmente percebidos como pertencentes à categoria de "mulher", sem ambiguidade ("Aluna(s)" nas linhas 1, 2, 3, 4, 9 e 10; "Professora(s)" nas linhas 3, 4, 7, 8, 10 e 12). Cada uma dessas formas contrasta com outra forma que pode fazer um vocábulo referenciar indivíduos de qualquer categoria social, a depender do contexto linguístico e pragmático.
- Nas linhas 2, 4, 6, 8, 9, 10, 11 e 12, vemos que, ao se tratar de grupos de indivíduos, as formas linguísticas que fazem um vocábulo plural referenciar indivíduos socialmente percebidos como pertencentes à categoria de "mulher" só

podem ser utilizadas quando *todos* os indivíduos em um grupo são percebidos como pertencentes a essa categoria. Desta forma, "professoras" não poderia, dentro do que é prescrito pela norma padrão, descrever um corpo docente de 9 mulheres e 1 homem; "professores" deveria ser utilizado nesse caso, a mesma forma que seria utilizada caso o grupo fosse composto por 10 homens e 0 mulheres.

Veremos em seguida como questões dessa ordem são problematizadas socialmente e apresentam desafios à tradução inglês→português, em especial na tradução do OBOS.

3.3 — A demanda por linguagem inclusiva e uma tradução ativista.

Combinando o que foi apresentado sobre o conteúdo do OBOS no capítulo 1, a discussão sobre concepções acerca dos compromissos envolvidos no processo tradutório no capítulo 2 e a descrição da expressão de gênero em inglês e português até então, podemos começar a nos aproximar do entendimento de que uma tradução adequada do livro aqui focado não poderia se ater exclusivamente ao que prescreve a norma padrão do português sobre a marcação de gênero. Por serem textos em inglês, os capítulos originais estão repletos de, por exemplo, usos do pronome *they* e suas derivações, tanto para se referir a grupos/comunidades plurais quanto para contemplar indivíduos através do *they* singular. Além disso, há constantes menções a ocupações e papéis sociais que no original são trivialmente desprovidas de marcação de gênero (como *doctor*, *college student*, *friend* e *partner*). A princípio, esses fatores não parecem apresentar uma barreira de tradução propriamente dita (não representam intraduzibilidade); afinal, como vimos previamente, é permissível e prescrito no português o uso do dito "masculino genérico" (ou gênero não-marcado) para contemplar genericidade, neutralidade e pluralidade em português.

De certo, o fato de que o OBOS é um livro escrito por mulheres, para mulheres e sobre mulheres significa que há muitos casos em que o texto dá plena legitimidade ao uso do feminino para, por exemplo, representar grupos—traduzir *share your experiences with your friends* como "compartilhe experiências com suas amigas" em vez de *amigos* não configura transgressão de normas e expectativas, havendo um contexto que caracterize as experiências como pertencentes ao "universo feminino". Mesmo as concepções mais tradicionais de tradução poderiam considerar imprópria nesse exemplo a não marcação de gênero. No entanto, há casos nos quais o contexto mostra-se insuficiente como apoio, tornando necessárias decisões tradutórias menos óbvias. Vejamos os seguintes excertos de *Our Bodies, Ourselves* e de *Nossos corpos por nós mesmas*, retirados do capítulo sobre métodos contraceptivos:

Because most providers are not trained in fitting cervical caps, they are not widely available. However, they are available at many reproductive health clinics and from some other healthcare providers. Call the provider's office before your appointment to find out if the provider can fit a cervical cap. (p. 221)

Como a maioria das médicas e médicos não é treinada para colocar um capuz cervical, ele não é amplamente disponibilizado no Brasil. No entanto, é possível encontrá-lo em outros países. Ligue para o consultório antes da sua consulta para saber se a pessoa profissional de saúde é habilitada para colocar o capuz cervical. (p. 177)

A noção de adequação à realidade cultural das leitoras a quem se destina uma mensagem, discutida no capítulo 2 como traço frequente em teorias tradutórias "contestadoras" (MITTMANN 2011), legitimam e explicam decisões como a inserção de referências ao Brasil e o não uso do termo "provedor", típico do sistema de saúde privada estadunidense. No entanto, traduzir *most providers* como "a maioria das médicas e médicos" em vez de, por exemplo, "a maioria dos médicos" ou "a maioria dos profissionais da saúde" é uma escolha linguística que—a meu ver—não se justifica inteiramente a partir da ideia de aclimatação cultural. Afinal, não seria exatamente estranho à leitora de *Nossos corpos por nós mesmas* o uso de um "masculino genérico" como "os profissionais da saúde" nesse contexto, sendo esse tipo de construção comum na língua portuguesa, amplamente utilizado e ensinado nas escolas.

Ao optar por uma tradução que enfatize a possibilidade de ocupação de um papel social pelo feminino, o que ocorre aqui é um posicionamento ideológico explícito das tradutoras: por considerarem que o uso do "gênero não-marcado" (percebido popularmente como masculino) pode evocar em leitoras imagens exclusivamente ou majoritariamente masculinas³ e contribuir para um amplo apagamento da figura feminina em uma sociedade misógina, opta-se por isto em vez daquilo. Esse procedimento vai além de um pós-estruturalismo e reconhecimento da importância dos agentes envolvidos no processo tradutório, passando a pessoa que traduz da mera não-invisibilidade ao papel de ativista e transgressora de uma ideologia dominante considerada deletéria. Essa concepção de tradução ativista é discutida por teóricas da tradução como Luise von Flotow (1991) e Olga Castro (2013). Castro tem o seguinte a dizer sobre ideologias dominantes (tradução minha, optando por marcar gênero onde não seria indicado tradicionalmente):

[...] é algo apresentado à tradutora como sendo 'normal', 'natural', um senso comum inquestionável que, assim, cumpre a meta de dominação simbólica, transformando

³ Ainda que não haja em língua portuguesa pesquisas com equivalente destaque e circulação às de Gastil (1990) sobre a associação de genéricos a imagens masculinas, podemos apontar para trabalhos como os de Gyax et al (2009), que incluem o francês e o espanhol, línguas próximas ao português, e demonstram resultados semelhantes.

tradutoras em propagadoras e legitimadoras ingênuas do discurso dominante. A situação se agrava mais ainda porque vieses ideológicos são mais eficazes quando não são abertamente descritos como tal. (p. 40)

No projeto de tradução do OBOS, pautadas por demandas históricas de movimentos feministas no Brasil, várias integrantes das equipes de tradução optaram por deliberadamente marcar oposição ao usual tratamento de gênero na língua portuguesa, considerando-o um elemento da ideologia linguística dominante. Muitas estratégias para a "desinvisibilização" do feminino foram empregadas; alguma delas, como o exemplo *providers* → "médicas e médicos", têm respaldo e inspiração em discursos como o construído pelo *Manual para uso não sexista da linguagem* (RIO GRANDE DO SUL, 2014), um documento publicado pela Secretaria de Políticas Para as Mulheres do Estado do Rio Grande do Sul com o fim de recomendar estratégias de visibilização do feminino em contextos genéricos e alternativas a expressões consideradas preconceituosas, primariamente na redação de documentos oficiais. Não é possível dizer que o documento serviu como guia de redação para a tradução do OBOS, no entanto, uma vez que vários fatores tornam suas prescrições não totalmente aplicáveis a *Nossos corpos por nós mesmas*; podemos destacar a questão de gênero textual, uma vez que a linguagem empregada em documentos oficiais de governo (aquilo que o manual mais busca contemplar) é muito diferente do que se espera de um livro instrutivo sobre saúde e sexualidade feminina; há, por exemplo, uma preocupação muito menor com a fluidez de leitura e com repetições, o que viabiliza estratégias como a transformação de um termo genérico em um par distintivo.

Para além da preocupação redacional, há que se considerar a insuficiência do manual de 2014 para contemplar identidades não-binárias/*queer* que, apesar de não serem o foco do OBOS, são constantemente mencionadas no texto original e ainda mais frequentemente contempladas em *Nossos corpos por nós mesmas*, por opção ideológica das equipes de tradução e adaptação frente ao acelerado desenvolvimento de novos discursos acerca dessa temática desde a edição mais atual do OBOS em 2011. Considero que essas escolhas têm certo grau de afinidade com o que Flotow (1991) descreve como *hijacking* (sequestro, usurpação) no contexto de sua teorização sobre tradução ativista e feminista. Flotow descreve o *hijacking* como prática através da qual uma tradutora deliberadamente "deturpa" o sentido comunicado pelo texto original a fim de eliminar ou "consertar" ideias que considere problemáticas⁴. Ainda que eu

⁴ Em uma visão inspirada pelo que expus sobre as ideias de Aubert (1989, 1993) no capítulo 2, essa "operação" poderia ser entendida como um deliberado não-uso da *mensagem efetiva* da emissão original. A tradutora constrói um significado do texto-fonte, o rejeita por questões ideológicas e compõe uma *mensagem pretendida* para o segundo ato de comunicação que a contradiz, apaga ou expande.

hesite em descrever o OBOS como uma obra verdadeiramente "problemática" em qualquer nível significativo, há momentos em que as tradutoras procuram abrir novos espaços para inclusão não presentes no original. Como exemplo, podemos observar no seguinte par, também do capítulo sobre métodos contraceptivos:

We hesitate to “inconvenience” our partner. This fear of displeasing him can be a measure of the inequality and our lack of control in the relationship. (p. 203)

Hesitamos em "incomodar" nossas parcerias sexuais. Esse medo de desagradá-las pode ser um indicativo da desigualdade de poder no relacionamento. (p. 147)

Percebe-se a tradução *our partner* → "nossas parcerias sexuais", em vez de algo como "nosso parceiro", uma tradução mais literal (apesar de *partner* não marcar gênero, o uso do pronome oblíquo *him* evidencia um referente individual e masculino). Creio que o texto-fonte lança mão do masculino aqui porque parece óbvio a princípio que a preocupação com a contracepção se daria no contexto de mulheres que fazem sexo com homens; imagino, porém, que as responsáveis pela tradução buscaram contemplar mulheres transgênero e pessoas não-binárias capazes de inseminação—além disso, a introdução do plural me parece abrir maior margem para a não-monogamia e a liberação sexual feminina. Por isso, não acredito ser absurdo o conceito de descrever como *hijacking* esse tipo de escolha, ainda que não enxergue no texto original uma relação adversarial com as pautas enaltecidas pelas escolhas tradutórias; pelo contrário, o OBOS se dedica a visibilizar e a trazer testemunhos de minorias sexuais em vários momentos. Porém, ao considerar os exemplos que Flotow utiliza ao discutir o *hijacking*, vejo base para essa caracterização: Flotow discute a tradução ativista de uma autora feminista (Lise Gauvin) por outra autora feminista (Susanne de Lotbinière-Harwood), na qual a tradutora se apossa do texto (seguindo a linha do que foi descrito aqui como *hijacking*) apesar de ter um relacionamento positivo com a autora original e de contar com o seu apoio quanto às decisões tradutórias. Segundo Flotow (p. 80), "o conchavo da autora com a tradutora" pode ser "de importância secundária" ao se pensar o processo de usurpação das ideias. Enxergo, pois, um "conchavo" do OBOS com os ideais inclusivos que as suas tradutoras procuraram ampliar, o que não diminui o caráter transgressivo de certas decisões.

O próximo capítulo deste trabalho é o último que precede as conclusões finais, e consiste em um banco de exemplos de decisões feitas pelas equipes de tradução e adaptação responsáveis por *Nossos corpos por nós mesmas*, a fim de demonstrar que as ideias discutidas até agora de fato permeiam a obra, não se tratando de uma pinçagem enviesada de exemplos favoráveis. Serão também incluídos alguns exemplos em que uma linguagem mais inclusiva

poderia ter sido empregada pela tradutora, mas não foi, pois não é meu objetivo passar a impressão de que as estratégias de tradução aqui discutidas foram prescritas às equipes e homogeneamente aplicadas; porventura houve ou deslizos ou escolhas deliberadas sobre cujas motivações posso apenas especular. A tradução foi um trabalho coletivo no qual procurou-se respeitar as decisões internas dos subgrupos de tradução, revisão e adaptação responsáveis por cada capítulo, sob o entendimento de que houve discussões que levaram àquelas escolhas. Nessa linha, encerro esta seção com um trecho do prefácio assinado pela equipe de tradução de *Nossos corpos por nós mesmas* (2021, p. 12):

[...] cabe ressaltar que o uso de uma linguagem inclusiva não foi natural e imediato, mas sim um processo de conscientização acerca da necessidade de se evitar escolhas linguísticas que não contemplassem a diversidade de gêneros, e que mantivessem a tendência inconsciente do masculino neutro, tanto que, mesmo na revisão final, várias alterações foram feitas nesse sentido, apesar de termos feito a tradução sempre com isso em mente desde o princípio. Assim, percebe-se que se trata de um exercício constante de reflexão sobre a linguagem.

Capítulo 4 — Excertos da tradução

Da página 4 de *Our Bodies, Ourselves* e da página 29 de *Nossos corpos por nós mesmas*. O capítulo é "Nossos corpos femininos: anatomia sexual, reprodução e o ciclo menstrual", o primeiro capítulo de ambos os livros.

The following descriptions will be much clearer if you look at your genitals with a hand mirror while you read the text and look at the diagrams. Make sure you have enough time and privacy to feel relaxed. Try squatting on the floor and putting the mirror between your feet [...]

As descrições a seguir serão muito mais claras se você unir a teoria com a prática. Uma sugestão interessante é você acompanhar o texto e as imagens que representam seu corpo olhando os seus órgãos genitais com a ajuda de um espelho portátil. Muitas de nós não conhecem suas "partes íntimas", mas é muito importante que a gente saiba como elas são para podermos nos entender e identificar alterações que podem precisar de atenção médica. Vamos fazer esse exercício de autoconhecimento juntas?

Antes de tudo, é importante que você escolha um lugar em que tenha privacidade e tempo suficiente para se sentir relaxada. Em seguida, você pode se agachar e colocar o espelho entre seus pés [...]

Considero dignas de nota as inserções feitas no capítulo introdutório pela equipe de revisão médica. Em vez de uma série de instruções, a proposta de autoinvestigação do corpo da leitora torna-se uma atividade conjunta da qual participa a "voz" do livro—uma voz feminina, como podemos verificar em "vamos fazer esse exercício de autoconhecimento *juntas*?". O uso de *juntas* implica na leitora e na "narradora" serem femininas. Como se trata aqui de inserções, não podemos observar correspondência desse trecho no original, mas as instruções básicas são traduzidas com alta correspondência.

Da página 52 de *Our Bodies, Ourselves* e da página 106 de *Nossos corpos por nós mesmas*. O capítulo é "Imagem corporal".

A recent study of college students found that among those who had repeatedly used tanning beds, approximately one-third met an addiction standard, meaning they exhibited dependency the same way others are dependent on alcohol and drugs: They missed class or other activities to tan, felt guilty about tanning too much, and were unable to cut down on indoor tanning time.

Um estudo recente com universitárias descobriu que, entre aquelas que fizeram uso da câmara de bronzeamento, aproximadamente um terço mostra um padrão de dependência, o que significa que elas exibiram um comportamento parecido com o de pessoas dependentes de álcool e drogas: elas faltaram a aulas ou a outras atividades para se bronzear, se sentiram culpadas por se bronzearem demais e não conseguiram reduzir o tempo de bronzeamento artificial.

A tradução de *college students* como "universitárias", e toda a concordância de gênero que isso desencadeia, é uma opção pelo feminino como genérico. O estudo em questão teve participantes homens, ainda que mulheres tenham sido maioria. Segundo as prescrições gramaticais tradicionais, "estudantes universitários" teria sido uma opção mais adequada; porém, as tradutoras optaram por representar linguisticamente a maioria feminina.

Da página 58 de *Our Bodies, Ourselves* e da página 116 de *Nossos corpos por nós mesmas*. O capítulo é ainda "Imagem corporal".

Importantly, experts say that perceived sexual enhancement as a result of genital reconstruction may be attributed in part to the psychological reaction to the surgery

É importante ressaltar as informações dos especialistas, que dizem que o aumento da satisfação sexual percebido como resultado da reconstrução genital pode ser atribuído em parte à reação psicológica

No mesmo capítulo do exemplo anterior, vemos a tradução de *experts* como "dos especialistas". Essa escolha me traz estranhamento, pois me parece que seria deveras simples optar por "das especialistas" ou mesmo "de especialistas". Escolho interpretar a ocorrência como um deslize, ou como o trabalho de uma tradutora menos compromissada com a proposta da linguagem feminista (uma vez que era comum que a organização do trabalho de tradução ocorresse pela separação de segmentos para integrantes dos grupos de trabalho).

Da página 204 de *Our Bodies, Ourselves* e da página 148 de *Nossos corpos por nós mesmas*. O capítulo é "Métodos contraceptivos".

We can begin the process of talking with our male partners about birth control, encouraging them to share the responsibility with us. We can join together across state

and national boundaries to insist that legislatures, courts, high schools, churches, parents, doctors, research projects, clinics, and drug companies change their practices [...]

Para isso, podemos começar o processo conversando com a pessoa com a qual nos relacionamos, encorajando-a a compartilhar as responsabilidades conosco. Em seguida, podemos nos unir, ultrapassando fronteiras estaduais e nacionais, para reivindicar que legislaturas, tribunais, escolas, igrejas, mães, pais, médicas, médicos, projetos de pesquisa, clínicas e empresas farmacêuticas alterem suas práticas [...]

Our male partners é traduzido como "a pessoa com a qual nos relacionamos". Como mencionei previamente, é provável que as autoras deste capítulo do OBOS tenham optado pelo uso de masculinos ocasionais devido à ideia a princípio bastante lógica de que preocupações com métodos contraceptivos seriam exclusividade dos relacionamentos entre mulheres e homens, mas a equipe de tradução procurou contemplar outras identidades. Além disso, houve a tradução de *parents* como "mães" e "pais" e de *doctors* como "médicos" e "médicas", talvez porque o formato de lista já presente no original tenha parecido favorável ao acréscimo de palavras como estratégia de linguagem feminista.

Da página 259 de *Our Bodies, Ourselves* e da página 229 de *Nossos corpos por nós mesmas*. O capítulo é "Sexo mais seguro".

If he pulls out before he comes, I can't get infected. Pre-cum—drops of fluid that the penis discharges during arousal—can contain HIV, other STIs, or even sperm.

Se tirar o pênis antes de gozar, não serei infectada. Mesmo antes da ejaculação, algumas gotas que o pênis solta – líquido pré-ejaculatório – durante a excitação podem transmitir IST e conter espermatozoides.

Novamente busca-se contemplar identidades trans e não binárias ao se distanciar o órgão reprodutivo da performance de gênero. Aqui foi empregada a técnica conhecida como omissão (BARBOSA 1990); aproveitando que o português é uma língua aberta à supressão de sujeitos, ao contrário do inglês, o pronome masculino foi removido da frase. Podemos possivelmente entender a mulher como sujeito da frase.

Da página 265 de *Our Bodies, Ourselves* e da página 241 de *Nossos corpos por nós mesmas*. O capítulo é também "Sexo mais seguro".

Male condoms, used on the penis during vaginal and anal intercourse and oral sex, are the most accessible and best-known barrier protection. When used consistently and correctly, male condoms are highly effective in preventing STIs.

Optamos por chamar camisinhas penianas e vaginais nesse livro como forma de respeitar a diversidade de gênero. As camisinhas penianas, usadas no pênis durante

penetração vaginal, anal e sexo oral, são as barreiras de proteção mais acessíveis e conhecidas. Podem ser utilizadas por homens cis, mulheres trans que não realizaram cirurgia de redesignação sexual, pessoas não binárias e *queer*. Quando usadas de forma sistemática e correta, as camisinhas penianas são muito eficazes na prevenção de IST.

Temos neste excerto algo que certamente se aproxima de um *hijacking* (FLOTOW 1991). As tradutoras rejeitam a nomenclatura "camisinha masculina", que seria a tradução literal de *male condom*, por motivos ideológicos, e explicitam isso na tradução—sequer usando notas de rodapé, a motivação é colocada no corpo do texto. Ao mencionar "homens cis, mulheres trans que não realizaram cirurgia de redesignação sexual, pessoas não binárias e queer", em vez de dizer simplesmente "pessoas com pênis" ou omitir essa inclusão porque o adjetivo "peniano" já traz a implicação, acredito que a tradutora tem uma motivação instrutiva, informando a leitora sobre diferentes categorias identitárias para evitar confusão sobre o que se quis dizer com "respeitar a diversidade de gênero".

Da página 329 de *Our Bodies, Ourselves* e da página 272 de *Nossos corpos por nós mesmas*. O capítulo é "Aborto".

Before starting the procedure, the clinician will perform a pelvic exam to check the size and position of your uterus.

Antes de iniciar o procedimento, a médica irá realizar um exame pélvico para verificar o tamanho e a posição do seu útero.

Um exemplo emblemático do "feminino genérico" como estratégia. *The clinician* é traduzido como "a médica", ainda que não haja um contexto que justifique isso dentro das prescrições normativas. A tradutora provavelmente optou pelo uso simples e direto do feminino genérico porque esta seção do capítulo é uma descrição procedimental na qual várias ações sequenciais são atribuídas a *the clinician*, e a utilização repetida de alternativas mais compridas poderia prejudicar a leitura.

Da página 290 de *Nossos corpos por nós mesmas*, sem correspondente no livro original. O capítulo é "Aborto".

Neste mesmo sentido, parlamentares contrários aos direitos sexuais e reprodutivos passaram a se alinhar com grupos religiosos na defesa de pautas como:

Neste trecho que não tem uma versão em inglês por tratar-se de uma inserção da equipe de adaptação sobre a realidade brasileira, acredito ser provável que "parlamentares" siga a norma de gênero porque parece coerente caracterizar como masculina—patriarcal—a oposição

aos direitos reprodutivos femininos, ainda que saibamos que há parlamentares mulheres que se opõem ao aborto.

Da página 731 de *Our Bodies, Ourselves* e da página 336 de *Nossos corpos por nós mesmas*. O capítulo é "Saúde ambiental e das trabalhadoras".

Community activists, researchers, and advocates from the fields of science and health are calling for the increased use of a new kind of risk paradigm [...]

Pessoas que são ativistas comunitárias, pesquisadoras e representantes dos campos da ciência e da saúde defendem o uso de um novo paradigma de risco [...]

O uso da estrutura "pessoas que são ____" é uma estratégia feminizante menos direta do que o feminino genérico, uma vez que se apoia na concordância feminina com "pessoa" em vez de utilizar formas femininas isoladas. O capítulo 7 de *Nossos corpos por nós mesmas* parece ser o menos comprometido com a linguagem feminista, uma vez que este trecho e o título são os exemplos mais significativos do seu uso. Ao longo do capítulo, *worker* e *workers* são sistematicamente traduzidos como *trabalhador* e *trabalhadores*, em aparente contradição à escolha feita no título. A meu ver, as pessoas responsáveis pela tradução e revisão tiveram um desencontro de ideias, ou possivelmente consideraram que a temática do capítulo não necessitava uma aproximação do universo feminino, o que não me parece correto.

CONCLUSÃO

Espera-se que este trabalho tenha auferido sucesso em caracterizar o processo tradutório como um ato que tem potencial político, transgressivo e transformativo em sociedade. Objetivou-se neste trabalho demonstrar que traduzir é fazer escolhas, com algumas escolhas sendo menos fáceis e óbvias que outras mais comuns e aceitas, mas não menos escolhas—na tradução aqui analisada, procurou-se fazer escolhas coerentes com a proposta dos conteúdos do livro, da organização por trás dele e com as visões de equidade, inclusão e justiça social que compartilham as inúmeras responsáveis por executar o projeto. Com o entendimento de que a língua influencia e é influenciada pela sociedade, buscou-se utilizar na tradução uma linguagem inclusiva condizente com esses valores.

Integrantes da equipe de tradução e revisão do OBOS, Cerineu, Ferenzini e Pimentel (2021) escreveram o seguinte na conclusão de um artigo produzido durante o processo de publicação do *Nossos corpos por nós mesmas* (2019 p. 10–11):

[...] temos consciência que nossas estratégias são provisórias, considerando que a sociedade está sempre mudando e que isso gera a necessidade de estudos contínuos para definir novos termos. Em todo o caso, traduzir e adaptar usando uma linguagem inclusiva foi, e ainda é, um aprendizado, porque a linguagem padrão é muito automática, e sair desses caminhos espontâneos é um desafio cheio de obstáculos.

Vejo lucidez na fala das colegas e escolho ecoar a ideia de que, pela sociedade estar em constante mudança, devemos permanecer em constante reflexão. Em momento algum buscou-se neste trabalho colocar como universais as soluções e estratégias escolhidas para contornar os desafios de tradução aqui descritos. Diferentes teorizações acerca do que se espera de uma linguagem inclusiva coexistem, como as visões talvez demasiado binaristas expressas no manual para uso não sexista da linguagem (RIO GRANDE DO SUL 2014), a visão formalista de Santos (2019) e a Neolinguagem não-binária que defendem Brevilheri, Lanza e Sartorelli (2022). A segunda década do século XXI se mostra incrivelmente volátil no que diz respeito aos ganhos e às perdas de direitos por grupos minoritários, incluindo mulheres, pessoas trans e não-binárias; interessa-me profundamente acompanhar as evoluções pelas quais passarão as atuais concepções de linguagem inclusiva em inglês, português e na crescente interface entre as línguas.

Está para ser publicada uma nova edição de *Nossos corpos por nós mesmas*, esta contando com todos os capítulos traduzidos, e acredito que a publicação contribuirá para o atual cenário em diversos níveis—do efeito social proporcionado pelos seus conteúdos, à possibilidade de maior análise de uma tentativa do uso de linguagem inclusiva na prática. Às pessoas interessadas na questão da linguagem inclusiva, recomendo o acompanhamento e a leitura crítica de obras com propostas semelhantes a esta, a fim de que talvez possamos aos poucos observar tendências estáveis emergentes e, junto a isso, reexaminar paradigmas sociais e linguísticos acerca de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUBERT, Francis Henrik. **A fidelidade no processo e no produto do traduzir**. Trabalhos em Lingüística Aplicada, v. 14, 1989.

_____. **As (in)fidelidades da tradução: servidões e autonomia do tradutor**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

BARBOSA, Heloisa Gonçalves. **Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta**. Campinas: Pontes, 1990.

BASSNETT, Susan. **Translation Studies**. Londres e Nova York: Routledge, 1991.

- BREVILHERI, Ursula; LANZA, Fabio; SARTORELLI, May. **Neolinguagem e “linguagem neutra”: potencialidades inclusivas e/ou reações conservadoras**. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 11. 2022.
- CÂMARA Jr., João Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.
- _____. Considerações sobre o gênero em português. In: **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972. p. 115–129.
- CERINEU, Camila; FERENZINI, Laís; PIMENTEL, Janine. **Traduzindo o feminismo em *Nossos corpos por nós mesmas***. *Revista Indisciplina em Linguística Aplicada*, v. 2, n. 1. 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/article/view/45270>>. Acesso em: 16. nov. 2022.
- CASTRO, Olga. **Talking at cross-purposes? The missing link between feminist linguistics and translation studies**. *Gender and Language*, v. 7, n. 1, p. 40, 2013.
- COLETIVO FEMINISTA SEXUALIDADE E SAÚDE (org.). **Nossos corpos por nós mesmas**. São Paulo: Casa Literária, 2021.
- FLOTOW, Luise von. **Feminist Translation: Contexts, Practices and Theories**. *Traduction, Terminologie et Redaction*, v.4, n.2, p. 69–84, 1991.
- GASTIL, John. **Generic pronouns and sexist language: the oxymoronic character of masculine generics**. *Sex roles*, v. 23, p. 629–643, 1990. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007%2FBF00289252#citeas>>. Acesso em: 14 nov. 2022.
- GYGAX, Pascal et al. **Some grammatical rules are more difficult than others: The case of the generic interpretation of the masculine**. *European journal of psychology of education*, v. 24, n. 2, p. 235–246, 2009.
- HALL, Robert Anderson. **Sex Reference and Grammatical Gender in English**. *American Speech*, v. 26, n. 3, p. 170–172, 1951.
- HUDDLESON, Rodney; PULLUM, Geoffrey. **The Cambridge Grammar of the English Language**. Cambridge e Nova York: Cambridge University Press, 2002.
- _____. **A Student's Introduction to English Grammar**. Cambridge e Nova York: Cambridge University Press, 2002.
- HUTCHEON, Linda. **A Theory of Adaptation**. Nova York e Londres: Routledge, 2006.
- LEFEVERE, André; BASNETT, Susan. Introduction: Proust's Grandmother and the Thousand and One Nights. *The Culture Turn in Translation Studies*. In: BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André (eds.). **Translation, History and Culture**. Londres e Nova York: Pinter, 1990. p. 1–13.

LEFEVERE, André. **Translation, Rewriting and the Manipulation of Literary Fame.**

Londres e Nova York: Routledge, 1992.

MITTMANN, Solange. **Notas do tradutor e processo tradutório: análise sob o ponto de vista discursivo.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

NOUSS, Alexis. Structuralism, Post-structuralism and Literary Translation. In: **CLASSE, Olive (ed.) Encyclopedia of Literary Translation into English.** Londres: Fitzroy Dearborn, 2000. p. 1351.

OUR BODIES OURSELVES. Our Bodies Ourselves Today, 2022. **Global Projects Archive.** Disponível em: <<https://ourbodiesourselves.org/global-projects/>>. Acesso em: 18 de nov. de 2022.

PENNYCOOK, Alastair. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.). **Por uma linguística aplicada INdisciplinar.** São Paulo: Parábola, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Políticas Para as Mulheres. **Manual para uso não sexista da linguagem.** Porto Alegre: Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital, 2014.

Disponível em:

<<http://portalsemear.org.br/publicacoes/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem/>>. Acesso em: 14. nov. 2022.

SANTOS, Ana Lucia P. **Língua para todes: um olhar formal sobre a expressão do gênero gramatical no Português e a demanda pela língua(gem) inclusiva.** Revista *Ártemis*, v. 28, n. 1, p. 160–178, 2019. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/41827>>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SPENDER, Dale. **Man Made Language.** Londres e Boston: Routledge & Kegan Paul, 1980

THE BOSTON WOMEN'S HEALTH BOOK COLLECTIVE (org.). **Our Bodies, Ourselves.** 9.ed. Nova York: Simon & Schuster, 2011.